

As adversidades da dislexia no processo ensino aprendizagem

FREITAS, Fabiana Ferrarezi Rodrigues de

RESUMO- O presente artigo tem como intuito ponderar sobre a inclusão escolar e principalmente inserção de alunos com dislexia direcionado ao processo de ensino e aprendizagem. Ainda que a inclusão está cada vez mais tomando espaço na sociedade moderna, pode-se dizer que é um assunto bastante discutido, é uma otimização de uma proposta que se empreendeu na década de 60 que era a inserção, onde os alunos com necessidades especiais tinham que se adequar aos padrões do contexto que estavam introduzido, como a sociedade em que vivemos não é fechada está em contínua transformação, a inserção sofreu evoluções e chega-se na inclusão que tem como princípio a sociedade se adaptar para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais. A Educação é um direito de todos, mas com leis específicas para pessoas com deficiência, o conhecimento faz-se necessário para que a mesma seja realmente entendida e respeitada como um processo recíproco onde todos possam se beneficiar e aprender além das diferenças. Diversas são as barreiras para o processo de inclusão e vencer os estereótipos da deficiência é um desafio, o professor deve possibilitar esse elo entre os envolvidos, focando no desenvolvimento do aluno, articulando esse cenário, apresentando formas de convivência que tornam possível a cidadania e o pleno desenvolvimento do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Dislexia. Educação.

ABSTRACT- This article aims to consider school inclusion and especially the insertion of students with dyslexia into the teaching and learning process. Even though inclusion is increasingly taking place in modern society, it can be said that it is a widely discussed subject, it is an optimization of a proposal that was undertaken in the 60s, which was inclusion, where students with special needs had that adapt to the standards of the context that was introduced, as the society in which we live is not closed and is in continuous transformation, insertion has undergone evolution and we arrive at inclusion, which has as its principle society adapting to serve people with educational needs specials. Education is a right for everyone, but with specific laws for people with disabilities, knowledge is necessary so that it is truly understood and respected as a reciprocal process where everyone can benefit and learn beyond differences. There are several barriers to the inclusion process and overcoming disability stereotypes is a challenge, the teacher must enable this link between those involved, focusing on the student's development, articulating this scenario, presenting forms of coexistence that make citizenship and full development of the human being.

KEYWORDS: Inclusion. Dyslexia. Education.

prof. coord. pedagógico- Prefeitura Municipal de Araras
– e-mail: fabianaferrezezi77@gmail.com

INTRODUÇÃO

A dislexia é uma realidade, a princípio compreendida como um transtorno que afeta a capacidade de aprendizagem, o que pode ocasionar em problemas de escrita, fala e leitura. A inclusão escolar vem sendo discutida e estudada em diversos âmbitos, seja ele social ou educacional, a escola deve ser enxergada como local que proporciona a educação, viabilizando aos educandos condições pertinentes de aprendizado, fundamentando-se no diálogo, nas relações com outros integrantes da escola, na troca de ideias, no trabalho das possibilidades pedagógicas, bem como nas estratégias que assegurem ensinar de modo que permita que as dificuldades apresentadas sejam compensadas.

A unidade escolar quando recebe alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), reconhece e considera as diferenças nas alternativas de aprendizagem e no desenvolvimento das pessoas, e aprimora seu conhecimento do processo educacional, sendo preciso planejamento de uma escola para todos, aberta aos novos conhecimentos demandados aos grupos que nela são inseridos.

Como objetivos gerais procurou-se mostrar as possibilidades que o disléxico encontra no processo de uma educação inclusiva, assim como nas maneiras que o professor demanda nesse processo de aprendizagem e no desenvolvimento do ser humano, traçando como objetivos específicos informações pertinentes sobre legislação acentuando nos alunos com dislexia.

Sendo assim, é necessário o amparo legal que possibilite e garanta o acesso pela comunidade escolar do direito de aprendizagem dos alunos e de condições de trabalho apropriadas de trabalho dos docentes.

No momento em que se almeja uma política legitimamente inclusiva existe muito o que avançar, seja na avaliação das reais condições dos estabelecimentos de ensino, seja na garantia de recursos financeiros, apoio pedagógico, flexibilização curricular e, mais ainda na intensificação da formação de todos os profissionais que fazem parte desse processo.

Fundamentando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e a Resolução CNE/CEB Nº02/2001 (MEC, 2001) estabeleceu-se educação especial, assegurando o atendimento aos educandos com necessidades especiais estabelecendo critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financiado pelo poder público.

Porém, é com o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que foram introduzidas mudanças conceituais e estruturais na organização do sistema educacional.

No tocante de tramitação da LDB – pós Constituição – 1988 a 1996, aconteceram três eventos que contribuíram significativamente para a Educação Especial; no ano de 1990, o Congresso de Educação para Todos – Jomtien, na Tailândia – O direito de cada criança à educação, em 1993 – Plano Decenal de Educação para Todos, e finalizando em 1994 – Declaração de Salamanca.

Amparando-se na Declaração de Salamanca BRASIL (2003), preconiza que os alunos com NEE sejam incluídos em classes regulares de ensino, sendo contrária à ideia de segregação, almejando uma integração, mesmo sabendo que existem aspectos fundamentais que as divergem.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) fica determinado que a educação é um direito de todos, e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Fundamentando-se no Instituto ABCD (2021) dislexia é apontada como um transtorno específico da aprendizagem (TEA), os indivíduos com dislexia, frequentemente, apresentam dificuldades para aquisição para a realização da leitura e da escrita. Esses transtornos constituem-se no funcionamento do processo cognitivo, detectado por um laudo médico comprobatório, e, o correto seria que esse documento fosse emitido por uma equipe multiprofissional, reforçando que isso não impossibilita um profissional especializado de maneira individual fechar esse diagnóstico.

Baseando-se em Brasil (2006) surge uma nova proposta que só se concretiza se os sistemas educacionais se responsabilizarem pelas adaptações necessárias de acordo com as exigências dos alunos, sendo ela tanto no ambiente escolar quanto no curricular. É de acentuada importância que os profissionais também estejam pedagogicamente capacitados, a fim de traçar parâmetros eficazes de ensino e garantindo uma educação de qualidade.

CAPÍTULO 1. COMPREENDENDO DISLEXIA

A sociedade não é isolada, ela vai se transformando, é fundamental que ela se modifique para conduzir os padrões de um grupo, de uma sociedade, durante o processo histórico, os deficientes eram considerados como sendo inferiores, sendo assim o seu espaço em sociedade era determinado, pode se dizer, que era praticamente recluso em seus próprios lares. Com as mudanças da sociedade manifesta-se a Institucionalização onde as pessoas que possuíam alguma limitação eram colocadas em instituições que tinham a atribuição assistencialista, mas ainda ficam a parte da sociedade. Sendo assim, pode-se afirmar que isso permitia tirar essas pessoas do isolamento, mas não possibilitava que ela convivesse e interagisse com as pessoas, não promovia sua evolução.

Por volta da década de 60 foi a integração, onde as deficiências ainda como foco, nesta oportunidade a intenção foi modificar, possibilitar que a pessoa se “adeque” aos padrões da sociedade, para que seja “igual” aos outros. Relevante destacar que o indivíduo está sozinho nesse processo pois a sociedade não faz nenhum esforço para ajudar e atender suas necessidades. ´

Contraopondo-se esta ideia chega-se à inclusão que é um processo bilateral, onde todos aprendem, a sociedade vai se adequando para atender as pessoas com necessidades especiais, levando em conta suas necessidades, bem como seus anseios.

Inclusão, não se restringe somente ao âmbito educacional, pode se estender ao ambiente social e político, permite como cidadãos conhecer os

direitos, saber das diferenças e especificidades, reconhecer a própria identidade e seu espaço e lutar consciente por ele.

Na esfera educacional relaciona-se com a possibilidade de aprender, das potencialidades, onde todos são capazes de aprender, todos têm capacidades, basta minimizar as deficiências e focar no que pode ser feito.

De acordo com algumas pesquisas, a dislexia é um distúrbio que leva a criança (indivíduo) a apresentar algumas dificuldades na aprendizagem como escrita, leitura e soletração, precisando de um aprofundamento em termos de relatórios e consultas com multiprofissionais para sanar as hipóteses.

Compreende-se que a ação pedagógica mais acertada e produtiva é aquela que contempla, de forma articulada e simultânea a alfabetização e o letramento, para obter êxito o professor precisa elaborar suas aulas delineando os objetivos que pretende alcançar com estudo dirigido, selecionando textos que deve ser flexibilizados aos alunos, aos objetivos do estudo e, acima de tudo oferecer outras fontes de informações para despertar o interesse das crianças e, sempre respeitando suas especificidades.

Baseando-se em Ipodime (2017), a criança que sofre desse transtorno - a dislexia, junto com sua família, passa por um desgaste emocional e se sente incapaz, algumas vezes, por falta de informações. Creditado a esse déficit de informação, a pessoa que passa por esse contratempo encontra dificuldades por não ter o apoio de políticas educativas direcionadas a esse transtorno específico.

De acordo com Frith (1985), que apresenta três estratégias pelas quais todas as crianças passaram durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, relatando, entre elas: a dificuldades em aprender, falta de interesse nas rimas, palavras lidas incorretas, algumas crianças não abandonam a linguagem de bebê e também não conseguem ler as letras do próprio nome, precisando sempre da intervenção e colaboração por parte dos envolvidos no processo de desenvolvimento.

Segundo Brasil (2008), o decreto nº 6.571 dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, como forma complementar ou suplementar à formação dos alunos.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que atravessa toda a Educação Básica que não substitui a escolarização, sendo assim os alunos da Educação Especial devem ser regularmente matriculados no ensino regular, recebendo uma complementação, preferencialmente, no contraturno das aulas da escolarização nos Atendimentos Educacionais Especializados (AEE), como estabelece a Resolução MEC CNE/CEB nº 4 de 02 de outubro de 2009 prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra unidade escolar de ensino regular (BRASIL, 2009).

O fundamental não é discutirmos qual a abordagem educacional é a melhor e por consequência impô-la ao aluno portador de dislexia, o importante é levar em consideração o que ele quer, portanto possibilitar situações onde ele possa se sentir bem, ter sua identidade, se sentir pertencente a sociedade em que vive, ou seja, se para ele o importante é falar, que ele seja oralizado. O ponto primordial neste trabalho não é não é a abordagem educacional e sim, quem é meu aluno, o que ele almeja, o que ele precisa para ser reconhecido e compreendido, e acima de tudo ter suas necessidades enquanto ser humano supridas.

Fundamentando-se em Ipodine (2017), é essencial especificamente na educação infantil trabalhar com essas crianças através de estímulos: fomentar a habilidade das crianças, para que elas consigam identificar os sons, utilizando recursos gravados, ou seja, que elas possam nomear os sons e consigam diferenciá-los que em uma sequência dos sons completos e faltantes elas identifiquem o que faltou em determinada frequência, percepção auditiva, atenção e concentração, capacidade de compreender e seguir ordens sequenciais.

Sendo assim, Ipodime (2017), destaca que a utilização de rimas para aplicar fonemas podem ser esta orientação verbal, músicas, parlendas, poesias infantis com rimas, figuras diversas, dentre outros. De acordo com essas

possibilidades, pode-se trabalhar a concentração e atenção aguçando ao consciente para o som da fala, persistindo na rima por meio do movimento (físico corporal), fazendo que eles compreendam que qualquer palavra pode ser rimada, e assim possibilitar a criação de rimas.

Durante a elaboração deste trabalho, para fundamentação teórica, foram coletados os dados em livros, artigos impressos, artigos da web e no material disponibilizados por meio dos cursos realizados durante a minha formação e no meu trabalho atual como coordenadora pedagógica no município de Araras -SP, buscando compreender melhor os estudos sobre a abordagem do tema de inclusão na educação básica para alunos com dislexia.

De acordo com SILVA (2010), quando refere-se a inclusão escolar, se traduz como sendo a construção de uma escola democrática na qual todos os alunos tenham suas necessidades atendidas e respeitadas.

Ainda para Silva (2010), o professor tem um papel fundamental, cabendo ao educador o auxílio no desenvolvimento de maneira integral, inclusiva e estruturada, possibilitando o acesso ao conhecimento formalmente estabelecido e mediando a interação do aluno com a realidade. Um docente consciente de seu papel sugere estratégias criativas e didáticas de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO 2. COMO MEDIAR O TRABALHO COM O DISLÉXICO

Os primeiros profissionais que se interessavam pelo problema do distúrbio da dislexia foram os oftalmologistas os quais concluíram que “não são os olhos que veem, mas o cérebro” (COELHO, 2011).

De acordo com Brasil (1996), a Lei de Diretrizes e bases (LDB) nº 9394/96 possibilitou um avanço significativo no que se refere à Educação Inclusiva, por intervenção dessa lei é que os alunos portadores de dislexia ou com qualquer outro tipo de deficiência tem o seu direito à educação garantido e a escola tem obrigação de recebê-los e de tomar uma série de medidas adaptadas para oferecer uma aprendizagem de qualidade.

Em Brasil (2023), a lei nº12796, de 2013, reconhece que a educação deve ser oferecida a todos sem distinção e relata:

Art. 58 entende-se por educação especial para os efeitos desta lei a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art.59 os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 60 O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento ao educando com deficiência, deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio das instituições previstas neste artigo (BRASIL,2013).

Através de políticas públicas a inclusão assegura o direito à educação dos alunos disléxicos, que está incluso como um transtorno de aprendizagem. A legislação possibilitou e tornou muito mais eficaz o combater a discriminação, pois elas protegem o direito do deficiente, estar na escola regular é um direito do estudante.

O ministério da educação, tem feito sua parte e se esforçado para proporcionar e atender esses alunos e também tem olhado para os educadores investindo numa formação específica, para dar um suporte com eficiência. Segundo a Associação Nacional de Dislexia (ANTRJ), que contribuiu para a construção e finalização do documento com as diretrizes gerais para inclusão de transtornos específicos, este por finalidade foi finalizado e enviado para homologação e aprovação no ano de 2008.

Fundamentando-se em Davis e Braun (2004) que interpretam que a dislexia ocorre por existir uma influência do código genético capacitando-as a utilizar a parte de seu cérebro que altera e cria percepção, ser portador desse código genético não causa a dislexia, simplesmente permite desenvolvê-la.

Fundamentando-se em Teles (2004), a dislexia é uma “perturbação, parcialmente herdada que inclui déficits na leitura, na fala, portanto, fonológico,

na memória de trabalho, ou seja, de curto prazo, e na coordenação sensorial motora”.

De acordo com Teles (2004) a dislexia é talvez a perturbação mais frequente entre a população escolar, sendo embasada com uma prevalência entre 5 a 17,5% dentre as crianças. Prevalência refere-se ao número total de casos existentes numa determinada população e num determinado momento temporal (TELES, 2004, pág. 07).

Ser disléxico não faz da pessoa um gênio, mas eleva a autoestima de todos os disléxicos saberem que suas mentes funcionam exatamente da mesma maneira que as mentes de grandes gênios. Vale lembrar que o fato de terem certa dificuldade com leitura, escrita, ortografia ou matemática não significa que sejam menos inteligentes. A mesma função mental que produz um gênio pode também produzir essas dificuldades (DAVIS E BRAUN, 2004, p. 31).

Segundo Teles (2004), algumas vezes o que falta para o aluno avançar é um incentivo, e o professor melhor que ninguém pode contribuir para esse avanço, agindo como mediador, informando-se sobre o problema, sabendo que nem um disléxico é igual, cada um tem sua particularidade, juntos devem buscar a melhor maneira para desenvolver a leitura e a escrita, seja qual for sua dificuldade.

De acordo com os estudos de Teles (2004), não existe um único método para avaliar o disléxico, devem-se realizar testes para conferir as competências fonológicas, a linguagem compreensiva e expressiva de nível oral e escrito, o funcionamento intelectual, o processamento cognitivo e as aquisições escolares.

Referindo-se à avaliação, é preciso que sejam realizadas intervenções adequadas, caso contrário não tem sentido avaliar se o educador não irá intervir. A intervenção deve ser feita de maneira amigável e não de oprimir o aluno, almejando a confiança e desenvolvimento de estratégias, buscando que os demais alunos interajam com o aluno, assim essa criança não se sente sozinha, indiferente aos amigos (TELES, 2004).

2.1 Classificação

De acordo com Ellis 1995 e Boder 1973 (apud BARRETO, 2009, p.90) a dislexia é classificada como:

- Dislexia Disfonética ou Fonológica (predominantemente fonológica) - caracterizada por dificuldade na leitura oral de palavras pouco familiares, onde a dificuldade encontra-se na conversão letra-som, geralmente relacionada a disfunção do lóbulo temporal;
- Dislexia Diseidética ou Superficial ou Visuoespacial (predominantemente visual) - caracterizada por dificuldade na leitura em decorrência de problema de ordem visual, ou seja, o processo visual é deficiente. O leitor lê por meio de um processo extremamente elaborado de análise e síntese fonética, associada a disfunções do lóbulo occipital;
- Dislexia Mista – refere-se aos leitores que apresentam problemas dos dois subtipos disfonéticos e diseidéticos, associadas às disfunções dos lóbulos pré-frontais, frontal, occipital e temporal.

O diagnóstico é realizado através de avaliação médica de uma equipe multidisciplinar, vários profissionais se envolvem para fechar um laudo, pois quanto mais cedo for constatado a dislexia, melhores são as chances de se encontrar o tratamento mais adequado para as necessidades do indivíduo, e a escola consegue trabalhar de acordo com a necessidade individual do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estudado e apresentado neste trabalho, sabe-se a dislexia é um distúrbio que faz com que a criança apresente algumas dificuldades na aprendizagem, esses sintomas podem apresentar e manifestar de maneira isolada, não se pode ignorar que nem todos os indivíduos apresentam os mesmos sintomas, e que todos seres humanos são seres singulares.

É importante que haja uma troca de informações entre os profissionais da educação, a equipe da escola, e os formulários e documentação médica, para que o indivíduo tenha um atendimento adequado, e quando a criança for

diagnosticada, é importante que os pais procurem a escola, para informar a situação para um melhor acompanhamento e uma melhor condição ao aluno com dislexia, só assim as atividades conseguirão ser planejadas e elaboradas de acordo com as necessidades do aluno.

Quando os profissionais da educação têm um diagnóstico fechado com o indivíduo disléxico, começa a importante ação dos educadores, para que esse estudante laudado com dislexia acompanhe seus colegas de classe. Uma das propostas pedagógicas utilizada como método pelos pedagogos, é explorar e estimular o sentido da visão, audição, tato, paladar e olfato dos alunos, para um melhor desenvolvimento ao aluno disléxico, tendo assim um melhor atendimento em sua vida em formação escolar.

Portanto a integração é adequar-se os padrões de uma sociedade, é tentar se “encaixar”, no ambiente social e educacional que está inserido, onde suas necessidades e desejos não são atendidos, a pessoa está fisicamente inserida, muitas vezes para cumprir uma lei, uma demanda social, mas o mais importante não está sendo levado em consideração, que são suas emoções, seu desejo de pertencimento ao local que ele vive. Inclusão é a sociedade se adequar para receber as pessoas com necessidades especiais, é enxergar suas potencialidades e transformá-las em ferramentas de aprendizado, é poder ensinar, mas também aprender, é como diz Mantoan (2005), “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABD - Associação Brasileira de Dislexia – Gráficos Estatísticos. **Avaliações multi e interdisciplinares realizadas entre 2013 a 2016**. Disponível em:

<<http://www.dislexia.org.br/wpcontent/uploads/2017/10/Estat%C3%ADsticas.pdf>> Acesso em 05 de jan. de 2024.

ARAUJO, Alexandra Prufer de Queiroz Campos. **Avaliação e manejo da criança com dificuldade escolar e distúrbio de atenção**. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 78, supl. 1, p. S104-S110, Agosto de 2002.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: questões conceituais e atualidade**. São Paulo: EDUC, 2011

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 07 jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

_____. Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação**, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 12 jan. de 2024.

CASTRO, Camila Francatto de; PASTORELLO, Daniela Aparecida Vichin; JAIME, Elsa Maria Ferreira; THEODORO, Mariana Franchini. **Caminhos da Inclusão**. 2019. 9 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2019. Disponível em: <https://classroom.google.com/c/Mzc1MjgxMzE0OTZa>. Acesso em: 17 jan. de 2024.

CAMPOS, Sofia Margaria Guedes de; MARTINS, Rosa Maria Lopes. Educação Especial: Aspectos Históricos e Evolução Conceptual. Millenium: Educação, Tecnologia e Educação, Portugal, v. 13, n. 34, p.223-231, 02 nov. 2016. Quadrimestral. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8353-Texto%20do%20Trabalho-23672-1-10-20160211.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

CAPELLINI, Simone Aparecida; COPPEDE, Aline Cirelli; VALLE, Talita Regina. **Função motora fina de escolares com dislexia, distúrbio e dificuldades de aprendizagem**. Pró-Fono R. Atual. Cient., Barueri, v. 22, n. 3, p. 201-208, Setembro. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872010000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 jan. de 204.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 3. 2012, Aracaju. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. Issn, 2012. 11 p. Disponível em:

<<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>>. Acesso em: 14 jan. de 2024.

GONCALVES, Thaís dos Santos; CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro. **Concepções de professoras de ensino fundamental sobre os transtornos de aprendizagem.** Rev.

CEFAC, São Paulo , v. 16, n. 3, p. 817-829, Junho de 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462014000300817&lng=en&nrm=iso>. acesso em 06 jan. de 2024.

INACIO, Francislaine Flâmia; OLIVEIRA, Katya Luciane de; MARIANO, Maria Luzia

Silva. **Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do**

ensino fundamental. Psicol. Esc. Educ., Maringá, v. 21, n. 3, p. 447-455, dezembro.

2017. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300447&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. de 2024.

Instituto Português de Dislexia e outras Necessidades Especiais. **Tipos de Dislexia.** Disponível em: <<http://ipodine.pt/tipos-de-dislexia>>. Acesso em 14 jan. de 2024.

Instituto Neuro Saber. **Como identificar a Dislexia?** Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/como-identificar-a-dislexia/>>. Acesso em 07 de jan. de 2024.

JARDINI, Renata Savastano Ribeiro; SOUZA, Patrícia Thimóteo de. **Alfabetização e reabilitação dos distúrbios de leitura/escrita por metodologia fono-vísuo-articulatória.**

Pró-Fono R. Atual. Cient., Barueri , v. 18, n. 1, p. 69-78, Janeiro de 2006 . Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de jan. de 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.**

Curitiba: Ufpr, 2011. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/1550/155021076005.pdf>>. Acesso em: 13 jan. de 2024.

LOPES, Raquel Caroline Ferreira, CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro. **Estudo analítico do conhecimento do professor a respeito dos distúrbios de aprendizagem.** Disponível

em:<https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=artigo+sobre+dist%C3%BArbios+e+dificuldades+de+aprendizagem+na+dislexia&hl=pt-PT&lr=lang_pt&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&u=%23p%3Der0OPXHck7IJ>. Acesso em: 17 de jan. de 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer?** 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Inclusão Escolar de Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais Deficiência Física.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. de 2024.

RODRIGUES, D. (Org.), **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade.** Porto: Editora Porto, 2003, p. 25-36.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Cleidiane de Oliveira et al. **A evolução da educação especial no Brasil: pontos: pontos e passos.** In: CONEDU, não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2016, Paraíba. Artigo. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2016. v. 1, p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID1304_11082016230920.pdf>. Acesso em: 05 jan. de 2024.

SILVA, Gilvaneide Nunes da; MENESES, Maria Aparecida Ramos de; ALMEIDA, Simome Jordão. **Novos Paradigmas para pessoas com deficiência: a inclusão como marco no estatuto da pessoa com deficiência.** Paraíba: A União, 2018. 254 p.

SCHIRMER, Carolina R.; FONTOURA, Denise R.; NUNES, Magda L. **Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem.** J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 80, n. 2, supl. p. 95-103, abril 2004 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00217557200400030012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 jan. de 2024.

STOBÄUS, ClausDieter; MOSQUERA, Jaun José Mouriño (Org.). **Educação Especial: em direção à educação inclusiva.** 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

QUEIROZ, Lucas. **Dislexia e seus desafios na aprendizagem.** Disponível em: <<https://www.dislexclub.com/desafios-na-aprendizagem/>>. Acesso em 05 de ago. de 2021.

TABAQUIM, Maria de Lourdes Merighi et al . **Concepção de professores do ensino**

fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília

, v. 97, n. 245, p. 131-146, Abril de 2016. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000100131&lng=en&nrm=iso)

[66812016000100131&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000100131&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de jan. de 2024.

TELES, Paula. **Como identificar? Como intervir?** Revista Portuguesa de Clínica Geral Lisboa, dezembro, 2004. Disponível em:

<http://www.drealentejo.pt/upload/0%20-%20DISLEXIA%20>

[%20Como%20identificar%20](http://www.drealentejo.pt/upload/0%20-%20DISLEXIA%20). Acesso em 05 de jan. de 2024.